



DECLARAÇÃO DE VOTO

1. Ocorreu em 2012 a inversão da tendência do contínuo aumento do endividamento a terceiros de curto, médio e longo prazo. Tal facto merece ser devidamente assinalado e dele dar nota positiva, apesar da diminuição global dessa dívida ser meramente residual. Os valores totais do conjunto da dívida mantêm-se em patamares bastante elevados, cerca de 14 milhões de euros, o que condiciona toda a atividade da Câmara Municipal de Alcochete;
2. De referir, contudo, que o estancar do endividamento não se deve propriamente a qualquer mérito do atual executivo mas sim a um conjunto de medidas impostas pela Administração Central, as quais tiveram um impacto significativo na diminuição das despesas correntes do ano transato. Merecem particular realce, na rubrica “Despesas com Pessoal”, o “corte” nos subsídios de Férias e Natal, o ligeiro encurtamento do quadro de pessoal em 2% ou 3% e a redução entre os 3% a 10% nos salários acima dos 1500 euros.
3. Por outro lado, também a aplicação da Lei nº 8/2012 de 21 Fev., conhecida como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, veio impedir a Câmara Municipal de seguir na esteira do despesismo que caracterizou a sua gestão em anos anteriores;
4. Importa ainda sublinhar que o montante da dívida a terceiros no curto prazo atinge atualmente cerca de 7 milhões e 800 mil euros, cujo montante, a ser pago ao ritmo do último ano, irá demorar mais de 70 anos a ser liquidado. Verificam-se atrasos de aproximadamente 3 anos no processamento dos pagamentos a alguns fornecedores com as nefastas consequências para a economia local que daí advêm;
5. É de registar igualmente o enorme desvio, cerca de 40%, entre a previsão das receitas inseridas na proposta de Orçamento e aquilo que efetivamente se conseguiu arrecadar ao longo de todo o ano. Facto que condiciona de sobremaneira o desenrolar da execução orçamental. Este acentuado desvio já se verificou em anos anteriores e o modelo de gestão do executivo CDU nada tem feito para corrigir a situação. Tudo se mantém na mesma. Assim, é caso para dizer: quando no Orçamento Geral do Estado um desvio de previsão, na ordem dos 1% ou 2%, provoca um desproporcionado alarido nacional, o que poderão dizer o País e Alcochete dum orçamento municipal que nos últimos anos vem apresentando desvios na ordem de grandeza de 40%...
6. Pelos motivos expostos, o PSD manifesta a sua discordância política relativamente às orientações de gestão que foram seguidas, nas quais não se



vislumbra qualquer rasgo de inovação ou alteração estratégica na forma como as atividades municipais se desenvolvem. Perdura um permanente desequilíbrio estrutural, onde sobressai o excesso de rigidez em alguns dos encargos assumidos na despesa corrente, designadamente com pessoal, juros, amortizações e aquisições de bens e serviços. Só uma nova visão na administração da Autarquia poderá inverter o rumo para a insustentabilidade financeira a que este executivo está a conduzir a Câmara Municipal. Em prejuízo do Município e dos munícipes.

Assim sendo, pelo que antecede, a bancada do PSD, apesar disso, delibera pela Abstenção quanto a este ponto da Ordem de trabalhos na medida em que, sendo o documento da Prestação de Contas um ato da inteira responsabilidade do executivo CDU, será apenas este e a respetiva maioria que o suporta a poder responder por ele.

Alcochete, 22 de Abril de 2013

Pela Bancada do PSD

